

Imigração alemã, identidade étnica e nacionalização

O processo de propagação do conhecimento histórico produzido no âmbito das universidades, através de monografias, dissertações, teses, artigos e livros, tem aumentado a cada ano. Algumas editoras – comerciais e universitárias – tornaram-se nas últimas décadas instrumentos importantes para esta difusão. Apesar disso, a porcentagem de trabalhos publicados ainda é pequena em relação à quantidade do que é produzido nos limites da universidade.

Percebendo a existência de um importante espaço a ser ocupado, a Professora Cristina Scheibe Wolff organizou um Projeto Editorial para os seus alunos da Disciplina História de Santa Catarina do curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina no ano de 2007. Desde então, o Projeto vence, a cada nova edição, inúmeros desafios. A proposta consiste em estimular os alunos da Disciplina História de Santa Catarina a pesquisarem e divulgarem trabalhos de início de produção acadêmica, utilizando fonte documental.

Neste número, os trabalhos selecionados procuram analisar as relações entre imigração alemã, identidade étnica e nacionalização em Santa Catarina, entre os anos de 1850 e 1945. A colonização de imigrantes, especialmente alemã, no sul do Brasil tem sido avaliada pela historiografia sob duas perspectivas: por um lado, chama-se a atenção para a contribuição dos imigrantes e de seus descendentes na modernização econômica da região; por outro lado, destacam-se os inconvenientes políticos que a existência de um considerável número de alemães e descendentes no país trouxe consigo. Salienta-se que nesta edição os artigos abordam, basicamente, a segunda perspectiva.

No período que vai da fundação do Império Alemão até a Primeira Guerra Mundial, as referências a um “perigo alemão” foram uma constante, a imigração outrora incentivada, passou a ser motivo de preocupação por parte de políticos e intelectuais. O trabalho de Juliana Brocca Presa reflete sobre uma das primeiras tentativas de reformar e nacionalizar o ensino em Santa Catarina no ano de 1917.

Com as transformações políticas no Brasil da década de 1930 e a conjuntura internacional de conflitos entre potências imperialistas européias, sobretudo com a ascensão dos nazistas ao poder na Alemanha, se começou a sugerir, novamente, uma possível invasão alemã ao Brasil. Esse medo se refletiu, na política de “nacionalização”,



Imigração alemã, identidade étnica e nacionalização

durante o Estado Novo. Os textos de Marcos Vinícius Ribeiro e Renato Muchiuti Aranha focalizam as relações entre as comunidades dos imigrantes alemães e o Estado Brasileiro, com sua política de nacionalização.

Não é possível fazer aqui uma análise mais apurada sobre as relações entre imigração alemã, identidade étnica e nacionalização em Santa Catarina, sem, contudo, abordar a suposta resistência das comunidades alemãs em integrar-se à realidade brasileira, que estaria evidenciada, por exemplo, na manutenção da língua alemã no cotidiano e no total desinteresse pelo estado brasileiro. Disso resultam, conforme os textos de Simoni Mendes e Cassiano Silveira dos Santos, os “enclaves étnicos”, que atrapalhavam as pretensões dos políticos e dos intelectuais brasileiros de construir uma identidade nacional.

Segue-se, por fim, o artigo da Professora Cristina Scheibe Wolff que introduz o debate e a pesquisa sobre a historiografia de Santa Catarina, pouco explorado nos estudos históricos contemporâneos.

A equipe editorial agradece a colaboração das autoras e autores; o empenho em fazer as revisões sugeridas, e, por último, a esperança de que possa contribuir para o reforço da troca de experiências de pesquisa.

Carlos Eduardo Millen Grosso

